

UNIVERSIDADE DE MACAU

FACULDADE DE DIREITO

Curso de Licenciatura em Direito em Língua Portuguesa

Ano lectivo de 2017/2018

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Responsável pela regência:

Cândida da Silva Antunes Pires

Mestre em Ciências Jurídicas

Professora Associada

PROGRAMA

Parte I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

TÍTULO I

DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS DE JURISDIÇÃO, PROCESSO, DIREITO PROCESSUAL E ACÇÃO

Capítulo I

JURISDIÇÃO, PROCESSO E DIREITO PROCESSUAL

1. Jurisdição e função jurisdicional (ou função judicial). O direito à jurisdição

1. 1. A função jurisdicional como função estadual. Justiça pública e justiça privada. Evolução
1. 2. A jurisdição e os seus diferentes ramos: jurisdição ordinária e jurisdições especiais. Jurisdição civil ou comum, jurisdição penal e jurisdição administrativa
1. 3. Princípios reguladores do exercício da função jurisdicional
 1. 3. 1. O chamado *princípio do monopólio estadual*
 1. 3. 2. O *princípio da legalidade*

2. Esquema geral do exercício da jurisdição civil

2. 1. O processo civil como meio de exercício dessa jurisdição
2. 2. A estrutura, o objecto e o fim do processo civil
2. 3. As várias acepções do termo ‘processo’

3. O Direito Processual

- 3.1. O Direito Processual e os seus diferentes ramos
- 3.2. O Direito Processual Civil. Primeira noção. Remissão para sede posterior

Capítulo II

A ACÇÃO

4. O direito de acção judicial

4. 1. Conceito
4. 2. Natureza jurídica
 4. 2. 1. Colocação e âmbito do problema

- 4. 2. 2. As várias teses
- 4. 2. 3. Crítica e posição adoptada
- 4. 2. 4. Acepções do vocábulo ‘acção’ na lei e na doutrina
- 4. 3. Direitos sem acção
- 5. Classificação legal das acções**
 - 5. 1. Classificação segundo o *critério da finalidade*
 - 5. 1. 1. Acções declarativas:**
 - 5. 1. 1. 1. De simples apreciação ou meramente declarativas
 - 5. 1. 1. 2. De condenação
 - 5. 1. 1. 3. Constitutivas
 - 5. 1. 2. **Acções executivas**
 - 5. 2. Classificação segundo o *critério da forma*
 - 5. 2. 1. Acções com processo especial
 - 5. 2. 2. Acções com processo comum e as suas duas formas: *acções com processo ordinário e acções com processo sumário*
- 6. Providências e procedimentos cautelares**
 - 6. 1. Natureza das providências cautelares. Sua distinção das acções classificadas segundo o critério da finalidade
 - 6. 2. Estrutura dos procedimentos cautelares
 - 6. 3. Classificação dos procedimentos cautelares

Parte II

TEORIA DA LEI PROCESSUAL

Capítulo I

O DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 7. Conceito de Direito Processual Civil**
- 8. Caracteres do Direito Processual Civil**
- 9. Importância do Direito Processual Civil**
 - 9. 1. Importância teórica
 - 9. 2. Importância prática
- 10. Interpretação e integração das normas de Direito Processual Civil**
 - 10. 1. Interpretação da lei processual
 - 10. 2. Integração da lei processual

11. Aplicação das leis processuais no tempo (sucessão de leis)

- 11. 1. Equacionamento do problema
- 11. 2. Doutrina geral aplicável
- 11. 3. Aplicações especiais
 - 11. 3. 1. Leis sobre competência dos tribunais
 - 11. 3. 2. Leis sobre o formalismo processual
 - 11. 3. 3. Leis sobre recursos
 - 11. 3. 4. Leis sobre provas
 - 11. 3. 5. Leis sobre prazos judiciais

12. Aplicação das leis processuais no espaço

- 12. 1. Colocação do problema
- 12. 2. O princípio da *lex fori*
- 12. 3. Casos especiais

Capítulo II

FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DE MATÉRIAS AFINS

13. Formação histórica do Processo Civil português

- 13. 1. Importância da matéria
- 13. 2. Fontes de cognição do Direito Processual Civil português e de Macau
 - 13. 2. 1. Processo Civil em sentido estrito (não comercial)
 - 13. 2. 2. Antes do Código de Processo Civil de 1876
 - 13. 2. 3. O Código de Processo Civil de 1876
 - 13. 2. 4. O Código de Processo Civil de 1939
 - 13. 2. 5. O Código de Processo Civil de 1961 e reformas posteriores
 - 13. 2. 6. Convenções Internacionais sobre matérias processuais e conexas
 - 13. 2. 7. Acordos no domínio da cooperação judiciária
 - 13. 2. 8. Processo comercial ou mercantil. Evolução das fontes
- 13. 3. Fontes de cognição do Direito Processual Civil de Macau e de *matérias afins*
 - 13. 3. 1. Organização judiciária
 - 13. 3. 2. Custas judiciais
 - 13. 3. 3. Acesso ao direito e aos tribunais
 - 13. 3. 4. Mandato judicial

13. 3. 5. Regime Educativo e de Protecção Social de Jurisdição de Menores

13. 3. 6. Arbitragem

Parte III

TEORIA DA RELAÇÃO PROCESSUAL

Capítulo I

NOÇÕES FUNDAMENTAIS

14. A *instância* como relação jurídica processual. Natureza e caracteres

15. Estrutura da relação processual. Elementos que a compõem

16. Vida da relação jurídica processual

Começo e desenvolvimento da instância. Remissão para sede posterior

Capítulo II

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

17. Noção de pressupostos processuais

18. Distinção de figuras afins

18.1. Pressupostos processuais e condições da acção

18.2. Pressupostos processuais e pressupostos de actos processuais

18.3. Pressupostos processuais e condições da existência e validade do processo

19. Classificação dos pressupostos processuais. Critérios possíveis.

20. Remissão do estudo de cada pressuposto processual para sede posterior.

Capítulo III

ESTRUTURA DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

Secção I

OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

21. As partes

21. 1. Conceito de parte

21. 2. Classificação: *partes principais* e *partes acessórias*

22. Pressupostos processuais relativos às partes

22. 1. *Personalidade judiciária*

22. 1. 1. Noção e âmbito

- 22. 1. 2. Consequências processuais da falta de personalidade judiciária
- 22. 1. 3. Sanação da falta de personalidade judiciária
- 22. 2. *Capacidade judiciária*
 - 22. 2. 1. Noção e âmbito
 - 22. 2. 2. Situações equiparadas por lei às de incapacidade
 - 22. 2. 3. Consequências da falta de capacidade judiciária. Suprimento
- 22. 3. *Legitimidade das partes*
 - 22. 3. 1. Noção
 - 22. 3. 2. A legitimidade singular. Sua distinção de pressupostos afins
 - 22. 3. 3. A legitimidade plural: o litisconsórcio e a coligação
 - 22. 3. 4. A ilegitimidade. Suas consequências e sanação
- 22. 4. *Patrocínio judiciário obrigatório*
 - 22. 4. 1. Generalidades
 - 22. 4. 2. Profissionais do foro
 - 22. 4. 3. Mandato judicial
 - 22. 4. 4. Patrocínio judiciário a título de gestão de negócios
 - 22. 4. 5. Casos de patrocínio judiciário obrigatório
 - 22. 4. 6. Consequências da falta de patrocínio judiciário, quando obrigatório
- 22. 5. *O interesse processual ou interesse em agir*
 - 22. 5. 1. Noção de interesse processual
 - 22. 5. 2. Consequências da falta de interesse processual. Sanação
- 23. O tribunal. Plano de exposição**
- 24. A organização judiciária**
 - 24. 1. Os tribunais como órgãos que exercem a jurisdição
 - 24. 2. Princípios que regem a administração da justiça
 - 24. 3. Classificação dos tribunais
 - 24. 4. A hierarquia judiciária
- 25. A competência**
 - 25. 1. ‘Competência’ e ‘jurisdição’
 - 25. 2. Razão ou fundamento do pressuposto da competência
 - 25. 3. Lei reguladora da competência
 - 25. 4. Competência em matéria de execuções
 - 25. 5. Extensão da competência. Noção e causas justificativas
 - 25. 6. Modificação das regras de competência

- 25. 7. Infracção das regras de competência. A incompetência
- 25. 8. Efeitos da incompetência
- 25. 9. Conflitos de competência
- 26. Os auxiliares processuais
 - Noção. Seu enquadramento no elemento subjectivo do processo
- 27. Alguns casos de auxiliares processuais

Secção II

O OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

- 28. Generalidades
- 29. Pedido e causa de pedir
 - 29. 1. O pedido. Conceito, caracteres e espécies
 - 29. 2. A causa de pedir. Conceito, caracteres e espécies

Secção III

OS ACTOS PROCESSUAIS

- 30. Plano de exposição
- 31. Conceito e caracteres gerais dos actos processuais
- 32. Forma dos actos processuais
- 33. Tempo dos actos processuais. Os prazos judiciais
 - 33. 1. Noção, caracteres e função dos prazos judiciais
 - 33. 2. Espécies de prazos judiciais
 - 33. 3. Fixação e contagem dos prazos judiciais: *a regra da continuidade dos prazos*
- 34. Lugar dos actos processuais. Regra e excepções
- 35. Sujeitos dos actos processuais
 - 35. 1. Classificação dos actos processuais quanto aos sujeitos
 - 35. 2. *Actos das partes*
 - 35. 2. 1. Espécies: requerimentos e respostas, articulados, alegações
 - 35. 2. 2. Prazos para a prática de actos das partes
 - 35. 3. *Actos do tribunal*: actos do juiz, actos do Ministério Público e actos da secretaria judicial
 - 35. 4. *Actos dos auxiliares processuais*

- 36. Finalidade dos actos processuais**
- 37. Comunicação dos actos processuais**
- 38. Actos especiais: a distribuição, a citação e as notificações**
- 39. Patologia dos actos processuais**
 - 39. 1. Princípios gerais sobre nulidades dos actos processuais
 - 39. 2. Espécies de nulidades que podem ferir os actos processuais
 - 39. 3. Regime legal das nulidades dos actos processuais

Capítulo IV

DINÂMICA DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

- 40. A propositura da acção, início do processo**
 - A instância**
- 41. Desenvolvimento da instância**
 - 41. 1. Princípios reguladores do desenvolvimento da instância
 - 41. 2. Modificações da instância
 - 41. 2. 1. Modificações subjectivas
 - 41. 2. 1. 1. Quanto ao tribunal
 - 41. 2. 1. 2. Quanto às partes
 - 41. 2. 2. Modificações objectivas
 - 41. 2. 2. 1. Quanto ao pedido e à causa de pedir
 - 41. 2. 2. 2. A reconvenção
 - 41. 2. 3. Modificações mistas, simultaneamente subjectivas e objectivas
 - 41. 3. Suspensão e interrupção da instância
 - 41. 3. 1. Suspensão da instância, suas causas e respectivo regime
 - 41. 3. 2. Interrupção da instância, suas causas e cessação
- 42. Extinção da instância. Causas legais de extinção da instância**
 - 42. 1. Julgamento
 - 42. 2. Compromisso arbitral
 - 42. 3. Deserção
 - 42. 4. Desistência, confissão e transacção
 - 42. 5. Impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide
- 43. Incidentes da instância**
 - 43. 1. Noção de incidente da instância

43. 2. Espécies de incidentes da instância.

Breve referência aos principais incidentes previstos no Código de Processo Civil de Macau

PARTE IV

FORMALISMO DO PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO

Capítulo I

FORMA ORDINÁRIA

Secção I

Noções introdutórias

44. Fases do processo declarativo ordinário

Esquema geral da respectiva tramitação

45. Função específica de cada fase do processo declarativo comum ordinário

Secção II

Fase dos Articulados

46. Conceito de articulados. Enumeração

Subsecção I

A petição inicial

47. Conceito, importância e função da petição inicial

48. Requisitos legais da petição inicial

48. 1. Requisitos formais

48. 2. Requisitos substanciais ou de conteúdo

48. 2. 1. Endereço

48. 2. 2. Intróito ou preâmbulo

48. 2. 3. Narração

48. 2. 4. Conclusão

48. 2. 5. Indicações complementares

49. Trâmites subsequentes à entrega da petição inicial

Remissão para sede anterior

50. Despacho liminar do juiz

- 50. 1. Despacho liminar *de indeferimento*
- 50. 2. Despacho liminar *de aperfeiçoamento*
- 50. 3. Despacho liminar *de arquivamento*
- 50. 4. Despacho liminar *de citação*

51. A citação

- 51. 1. Noção e importância do acto da citação
- 51. 2. Efeitos da citação
 - 51. 2. 1. Efeitos processuais ou adjectivos
 - 51. 2. 2. Efeitos materiais ou substantivos
 - 51. 2. 3. Duração dos efeitos da citação

52. Atitudes possíveis do réu face à citação

- 52. 1. Revelia do réu. Modalidades e efeitos
- 52. 2. Contestação

Subsecção II

A Contestação

53. Conceito. Prazo para o seu oferecimento

54. Requisitos formais e substanciais da contestação

55. A contestação-defesa. Modalidades

- 55. 1. Defesa *por impugnação* (directa)
- 55. 2. Defesa *por excepção* (indirecta)

56. Classificação legal das excepções

- 56. 1. Excepções *dilatórias*. Noção. Efeitos da sua invocação
- 54. 2. Excepções *peremptórias*. Noção. Efeitos da sua invocação

57. Princípios da contestação-defesa

- 57. 1. O princípio da concentração da defesa na contestação. Excepções
- 57. 2. O ónus da impugnação. Excepções

58. A contestação-reconvenção

- 58. 1. Noção
- 58. 2. Requisitos processuais e substantivos de admissibilidade da reconvenção

Subsecção III

A réplica

- 59. Noção. Casos em que a lei processual a admite**
- 60. Prazo de oferecimento. Forma externa da réplica**
- 61. Conteúdo da réplica**

Subsecção IV

A tréplica

- 62. Noção**
- 63. Prazo de oferecimento. Forma externa da tréplica**
- 64. Conteúdo da tréplica**

Subsecção V

Articulados Supervenientes

- 65. Condições da sua admissibilidade**
- 66. Regime legal**

Secção III

Fase do Saneamento e Preparação do Processo

- 67. Finalidades desta fase**
- 68. Estrutura da segunda fase do processo. Subfases que a integram**

Subsecção I

Tentativa de Conciliação

- 69. Em que consiste a tentativa de conciliação**
- 70. Formalidades que precedem a realização da tentativa de conciliação**

Subsecção II

Despacho Saneador

- 71. Quando tem lugar o despacho saneador**
- 72. Funções do despacho saneador**
- 73. Conteúdos possíveis do despacho saneador**

Subsecção III

Seleccção da matéria de facto e preparação da fase da instrução

74. Prosseguimento do processo

75. Seleccção dos factos: os factos assentes e os factos controvertidos

76. Reclamações contra a seleccção da matéria de facto

77. Indicação das provas

78. Designação do dia para a realização da audiência de discussão e julgamento

Secção IV

Fase da Instrução

Subsecção I

Noções Gerais

79. Função da fase da instrução

80. O tribunal colectivo, destinatário da instrução

Subsecção II

As provas em geral

81. Prova e direito probatório. Direito probatório material e direito probatório formal ou processual

82. Conceito de prova e acepções do vocábulo ‘prova’

83. Objecto da prova

84. O ónus da prova

84. 1. Repartição do ónus da prova

84. 2. Inversão do ónus da prova

85. Princípios que regem a organização e a produção da prova. Limitações

86. Meios de prova

86. 1. Classificação das provas

86. 2. Regime legal dos diversos meios de prova

86. 2. 1. Prova *por documentos*

86. 2. 1. 1. Noção e classificação dos documentos

86. 2. 1. 2. Força probatória dos documentos

86. 2. 2. Prova *por depoimento de parte*

- 86. 2. 2. 1. Conceito
- 86. 2. 2. 2. A irrevocabibilidade da confissão
- 86. 2. 3. Prova *pericial* ou *por arbitramento*
 - 86. 2. 3. 1. Noção
 - 86. 2. 3. 2. Força probatória
- 86. 2. 4. Prova *por inspecção judicial*
- 86. 2. 5. Prova *testemunhal*
 - 86. 2. 5. 1. Noção de testemunha
 - 86. 2. 5. 2. Capacidade testemunhal
 - 86. 2. 5. 3. Valor probatório da prova testemunhal

Secção V

Fase da Discussão e Julgamento da Causa

Subsecção I

Discussão

- 87. Função específica da discussão
- 88. Princípios que regem o desenvolvimento da discussão
- 89. Preparação da audiência. Preliminares
- 90. Formalidades da audiência final
- 91. Discussão da matéria de facto e discussão do aspecto jurídico da causa

Subsecção II

Julgamento

- 92. Intervenção do tribunal colectivo. Sua composição
- 93. Tentativa de conciliação
- 94. Produção da prova
- 95. Julgamento da matéria de facto e proferimento da respectiva decisão

Subsecção III

Sentença final

- 96. Noção
 - Sentença final e despacho-sentença
- 97. Requisitos da sentença final

- 97. 1. Requisitos formais
- 97. 2. Requisitos de conteúdo
 - 97. 2. 1. Relatório
 - 97. 2. 2. Fundamentação
 - 97. 2. 3. Decisão
- 98. Estrutura lógica da sentença final. O silogismo judiciário
- 99. Efeitos da sentença final. Efeito primário e efeitos secundários
 - 99. 1. Efeitos processuais
 - 99. 2. Efeitos substantivos
 - 99. 3. O caso julgado
 - 99. 3. 1. Noção e modalidades
 - 99. 3. 2. Natureza jurídica do caso julgado
 - 99. 3. 3. Limites do caso julgado
 - 99. 3. 3. 1. Limites objectivos
 - 99. 3. 3. 2. Limites subjectivos
- 100. Vícios da sentença final
 - 100. 1. Regime de arguição de nulidades
 - 100. 2. Reforma da sentença

Capítulo II

FORMA SUMÁRIA

- 101. Caracteres e domínio do processo declarativo comum sumário
- 102. Principais diferenças de regime relativamente à forma ordinária
 - 102. 1. Fase dos articulados
 - 102. 2. Saneamento e condensação
 - 102. 3. Instrução do processo
 - 102. 4. Discussão e julgamento da causa

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALMEIDA, L. P. MOITINHO DE

- *Providências Cautelares Não Especificadas*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1979.

- *Embargo ou Nunciação de Obra Nova*, Coimbra, Coimbra Editora, 1984.

- *Restituição da Posse e Ocupação de Imóveis*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

- *Do Arrolamento*, Scientia Iuridica, XVIII, Coimbra, 1996.

AMARAL, JORGE AUGUSTO PAIS DE

- *Direito Processual Civil*, Coimbra, Almedina, 1999.

- *Direito Processual Civil*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2001.

ANDRADE, MANUEL A. DOMINGUES DE

- *Noções Elementares de Processo Civil* (com a colaboração de J. ANTUNES VARELA), edição revista e actualizada por HERCULANO ESTEVES, Coimbra, Coimbra Editora, 1979.

- *Significado da expressão “efeito útil normal” da decisão na doutrina do litisconsórcio*, Scientia Iuridica, 1958.

BAPTISTA, JOSÉ JOÃO

- *Processo Civil I. Parte Geral e Processo Declarativo*, 5.^a ed., Lisboa, SPB Editores, Lda., 1998.

- *Acção Executiva*, 5.^a ed., Lisboa, Universidade Lusíada, 1993.

BASTOS, JACINTO RODRIGUES

- *Notas ao Código de Processo Civil*, Volumes I, II e III, 3.^a edição, Lisboa, 1999, 2000 e 2001. Volume IV, 2.^a edição, 2005.

- *Notas ao Código de Processo Civil*, Volumes I, II, III e IV, 1.^a edição, Lisboa, 1963, 1965, 1972 e 1984.

BRITO, PEDRO MADEIRA DE – *O novo princípio da adequação formal*, em Aspectos do Novo Processo Civil, Lisboa, Lex, 1997.

CALAMANDREI, PIERO – *Introduzione allo Studio Sistematico dei Provvedimenti Cautelari*, Pádua, Cedam, 1936.

CANOTILHO, J. J. GOMES e MOREIRA, VITAL – *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.^a ed., 1993.

CAPELO, MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA – *Interesse Processual e Legitimidade Singular nas Acções de Filiação*, Studia Iuridica, 15, separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.

CARDOSO, ÁLVARO LOPES – *A Confissão, Desistência e Transacção em Processo Civil e do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 1990.

CARDOSO, EURICO LOPES

- *Manual dos Incidentes da Instância*, 2.^a ed., Lisboa, Livraria Petrony, 1992.

- *Código de Processo Civil Anotado*, 3.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1962.

CARLOS, ADELINO DA PALMA

- *Código de Processo Civil Anotado*, vol. 1.º, Lisboa, Procural, 1940.

- *Ensaio sobre o Litisconsórcio*, ed. do Autor, Lisboa, 1956.

- *Linhas Gerais do Processo Civil Português*, Lisboa, Scire Leges, Edições Cosmos, Livraria Arco-Íris, 1991.

CARNELUTTI, FRANCESCO

- *Sistema di Diritto Processuale*, vol. I, Pádua, Cedam, 1936.

– *Lezioni di Diritto Processuale Civile*, vol. I (reimpressão), Pádua, 1930.

CASTRO, ARTUR ANSELMO DE – *Direito Processual Civil Declaratório*, Volumes I, II e III, Coimbra, Almedina, 1981 e 1982.

CHIOVENDA, GIUSEPPE – *Principi di Diritto Processuale*, 3.^a edição.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES – *Litigância de Má Fé, Abuso do Direito de Acção e Culpa “In Agendo”*, Coimbra, Almedina, 2006.

COSTA, SALVADOR DA – *Os Incidentes da Instância*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2006.

COUTURE, EDUARDO – *Fundamentos del Derecho Procesal Civil*, Buenos Aires, 1942.

CUNHA, ANTÓNIO JÚLIO – *Limites Subjectivos do Caso Julgado e a Intervenção de Terceiros*, Lisboa, Quid Juris Sociedade Editora, 2010.

CUNHA, PAULO – *Simulação Processual e Anulação do Caso Julgado*, Lisboa, 1935.

FERREIRA DE ALMEIDA, FRANCISCO MANUEL LUCAS – *Direito Processual Civil*, vol. I, Coimbra, Almedina, Fevereiro de 2010.

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE

- *A Confissão no Direito Probatório*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.

- *Introdução ao Processo Civil. Conceito e Princípios Gerais à Luz do Código Revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.

- *Repetição de providência e caso julgado em caso de desistência do pedido de providência cautelar*, na ROA, I, 1997.

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE, REDINHA, JOÃO e PINTO, RUI – *Código de Processo Civil Anotado*, Volume 1.º, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2008.

FREITAS, J. LEBRE DE, MACHADO, A. MONTALVÃO e PINTO, RUI

- *Código de Processo Civil Anotado*, Volume 2.º, Coimbra, Coimbra Editora, 2001.

GERALDES, ANTÓNIO SANTOS ABRANTES

- *Temas da Reforma do Processo Civil. 1 – Princípios Fundamentais. 2 – Fase Inicial do Processo Declarativo*, Coimbra, Almedina, 1998.

- *Temas da Reforma do Processo Civil*, I volume, 2.ª ed., 1998; II volume, 4.ª ed., 2004, III vol., 2.ª ed., 2000; IV volume, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2006.

J. VINCENT e S. GUINCHARD — *Procédure Civile*, 20.ª ed., Paris, 1981.

JAUERNIG, OTHMAR – *Direito Processual Civil*, 25.ª ed., tradução de F. Silveira Ramos, Coimbra, Almedina, 2002.

LIEBMAN, ENRICO TULLIO

- *Manuale di Diritto Processuale Civile – Principi*, 5.ª ed., Milão, Giuffrè, 1992.

- *Unità del Procedimento Cautelare*, *Rivista di Diritto Processuale*, tomo I, 1954.

LIMA, PIRES DE, e VARELA, ANTUNES – *Código Civil Anotado*, vols. I e II, 3.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1982.

LIMA, VIRIATO MANUEL PINHEIRO DE

- *Manual de Direito Processual Civil*, 2.ª edição, Macau, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2008.

- *O Princípio Dispositivo e os Poderes de Cognição do Tribunal Quanto à Matéria de Facto*, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau*, Ano II, n.º 5, 1998.

LYNCE DE FARIA, RITA – *A Função Instrumental da Tutela Cautelar Não*

Especificada, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2003.

MACHADO, ANTÓNIO MONTALVÃO e PIMENTA, PAULO – *O Novo Processo Civil*, 7.^a ed., Coimbra, Almedina, 2005.

MACHADO, ANTÓNIO MONTALVÃO – *Processo Civil*, vol. I, lições ministradas no Departamento de Direito da Universidade Portucalense, Porto, 1994.

MARIANO, JOÃO CURA – *A Providência Cautelar de Arbitramento de Reparação Provisória*, Coimbra, Almedina, 2003.

MARTINS, ALFREDO SOVERAL – *Direito Processual Civil. Noções Gerais*, 1.º vol., Colecção Perspectiva Jurídica Universitária, Coimbra, Fora do Texto, 1995.

MENDES, JOÃO DE CASTRO

- *Direito Processual Civil*, Lisboa, edição da AAFDL, I Volume, reimpressão, 1997, II Volume revisto e actualizado, 1997.

- *Limites Objectivos do Caso Julgado*, Lisboa, Edições Ática, 1968.

MESQUITA, LUÍS MIGUEL DE ANDRADE – *Reconvenção e Excepção no Processo Civil*, Coimbra, Almedina, Maio de 2000

MONDLANE, LUÍS ANTÓNIO – *O Acesso à Justiça e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos*, Revista Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, vol. II, 1997.

MOURA RAMOS, RUI MANUEL – *A Reforma do Direito Processual Civil Internacional*, Separata da Revista de Legislação e de Jurisprudência, Coimbra Editora, 1998.

NETO, ABÍLIO – *Breves Notas ao Código de Processo Civil*, 1.^a ed., Lisboa, Ediforum, distribuição da Coimbra Editora, 2005.

PAIS DE SOUSA e CARDONA FERREIRA – *Processo Civil – Aspectos Controversos da Actual Reforma*, Lisboa, Editora Rei dos Livros, 1997.

PEKELIS, ALESSANDRO – *Azione*, Nuovo Digesto Italiano, vol. II, Turim, UTET, 1937.

PINTO, FERNANDO BRANDÃO FERREIRA – *Lições de Direito Processual Civil*, Porto, Elcla Editora, Universidade Internacional, 1992.

PIRES, CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES

- *Lições de Processo Civil I*, Textos Jurídicos, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, 2005.

- *O Recurso de Revisão em Processo Civil*, Boletim do Ministério da Justiça, n.º 134, 2.ª edição, separata do BMJ, 1963.

- *Os Princípios do Processo Civil e a sua Força Auto-Reformadora*, Perspectivas do Direito, Revista do Gabinete para a Tradução Jurídica de Macau, n.º 2, 1997.

- *A Organização Judiciária da Região Administrativa Especial de Macau*, Repertório do Direito de Macau, edição do Centro de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, Abril de 2007.

- *O Monopólio Estadual da Jurisdição: Relatividade ou Crise?*, Separata da revista Direito e Cidadania, Ano X, n.º 29, Praia, Cabo Verde, 2009.

- *A Administração da Justiça em Macau nos Séculos XVI a XIX; A Administração da Justiça em Macau no Século XX e na Actualidade; e A Justiça como Área ou Sector da Governação de Macau*. Dicionário da História de Macau (DITEMA), publicação do Centro de Investigação em Estudos Luso-Asiáticos da Universidade de Macau, vol. I, 2010.

- *Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral. Da sua Natureza Jurídica*. Macau, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, n.º 20, Ano IX, 2005.

- *O Poder Judicial e a Tutela Efectiva dos Direitos na Região Administrativa Especial de Macau*. Comunicação apresentada na cidade de Shanghai, RPC, no 3.º Seminário sobre Questões Jurídicas Regionais e publicada, em Língua Chinesa, nos ‘Cadernos de Ciência Jurídica’, da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, N.º 7, 2007.

- *Justiça Arbitral em Macau – A Arbitragem Voluntária Interna – Anotações ao Decreto-Lei n.º 29/96/M, de 11 de Junho*. Macau, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, 2009.

PIRES, CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES e LIMA, VIRIATO MANUEL PINHEIRO DE – *Código de Processo Civil de Macau – Anotado e Comentado*,

Volume I (2006) e

Volume II (2008), Instituto de Estudos Jurídicos Avançados da Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

REGO, CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA LOPES DO – *Comentários ao Código de Processo Civil*, Volumes I e II, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004.

REIS, JOSÉ ALBERTO DOS

- *Anotação a Acórdão do STJ, RLJ*, ano 82.º, pp. 93 e ss.

- *Código de Processo Civil Anotado*, Coimbra, Coimbra Editora, Volumes 1.º a 6.º.

- *Comentário ao Código de Processo Civil*, Coimbra, Coimbra Editora, Volumes 1.º a 3.º, 1946.

- *A figura do processo cautelar*, BMJ, n.º 3.

- *Processos Especiais*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora.

SATTA, SALVATORE / PUNZI, CARMINE – *Diritto Processuale Civile*, 11.^a ed., Pádua, Cedam, 1993.

SERRA, ADRIANO VAZ

- *Algumas questões em matéria de compensação no processo*, RLJ n.º 104, pp. 276

- *Anotação ao acórdão do STJ, de 20.07.1976, RLJ 110*, pp. 254 e ss.

SILVA, PAULA COSTA E

- *A Transmissão da Coisa ou Direito em Litígio. Contributo para o Estudo da Substituição Processual*, Coimbra, Coimbra Editora, 1992.

- *Acto e Processo. O Dogma da Irrelevância da Vontade na Interpretação e nos Vícios do Acto Postulativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

- *O Novo Código de Processo Civil de Cabo Verde*, Direito e Cidadania, Cabo Verde, Praia, Ano III, n.º 9, 2000.

- *A Arbitrabilidade de Medidas Cautelares*, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 63, I / II, Abril de 2003.

SOARES, FERNANDO LUSO

- *Direito Processual Civil. Parte Geral e Processo Declarativo*, Coimbra, Almedina, 1980.

- *Processo Civil de Declaração*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1987.

- *A Questão da Legitimidade Processual em Matéria de Direito de Autor*, Temas de Direito de Autor, 4, Lisboa, SPA, 1989.

SOARES, FERNANDO LUSO, MESQUITA, DUARTE ROMEIRA DE e BRITO, WANDA FERAZ DE – *Código de Processo Civil Anotado*, 13.ª ed., Coimbra, Almedina, 2002.

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE

- *A Competência Declarativa dos Tribunais Comuns*, Lisboa, Lex, 1994.

- *As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa*, Lisboa, Lex, 1995.

- *Estudos Sobre o Novo Processo Civil*, Lisboa, Lex, 1997.

- *Introdução ao Processo Civil*, 2.ª ed., Lisboa, Lex, 2000.

- *O Interesse Processual na Acção Declarativa*, Edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1989.

- *O Interesse Processual no Código de Processo Civil de Macau*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau, Ano IV, n.º 10, 2000.

- *A Legitimidade Popular e a Tutela dos Interesses Difusos*, Lisboa, Lex.

VARELA, J. ANTUNES

- *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 125.º, p. 358; e 126.º, p. 39.

- *Das Obrigações em Geral*, Coimbra, Almedina, vol. I, 10.ª ed., 2000 (4.ª reimpressão, 2006) e vol. II, 7.ª ed., 1997 (3.ª reimpressão, 2007).

VARELA, J. ANTUNES, BEZERRA, J. MIGUEL e NORA, SAMPAIO E – *Manual de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1985.

NOTA: A matéria objecto de exposição nas aulas teóricas destinadas aos estudantes do 3.º ano do Curso de Licenciatura abrange, no final, vários textos que integram os ‘Anexos’ elaborados pela titular da disciplina, e também distribuídos aos alunos, com vista a uma melhor compreensão de alguns institutos processuais de maior complexidade.